ExperimentAção: ensino jurídico nas escolas públicas

Vinculo: ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito

Protocolo: 389927.2201.279480.24022023

Area Tematica: Direitos Humanos e Justica

Modalidade: Comunicacao Oral

Coordenador: Luiza Alves Chaves (VDI)

EQUIPE

1. Letícia Fernandes Melo	*(Autor / Relator)*	2. Mylena Devezas Souza	*(Autor)*
3. CAROLINA LOPES DE OLIVEIRA	*(Relator)*	4.	*(Relator)*
5.	*(Relator)*	6.	*(Relator)*
7.	*(Relator)*	8.	*(Relator)*
9.	*(Relator)*		

RESUMO

Este artigo apresenta um resumo das atividades realizadas no âmbito do projeto de extensão vinculado ao curso de Direito de Volta Redonda. Através desta iniciativa de extensão, almeja-se fornecer noções fundamentais de conhecimento jurídico a alunos do ensino médio e do último ano do ensino fundamental. Como marcos intermediários deste projeto, foram desenvolvidas propostas de oficinas e palestras destinadas aos estudantes da rede pública de ensino. Neste momento, o projeto encontra-se na etapa de preparação dos estudantes de graduação em direito, com o propósito de capacitá-los e prepará-los para ministrar essas atividades nas escolas. Paralelamente, estamos estabelecendo contato com as instituições de ensino com o intuito de estabelecer parcerias que permitirão a implementação efetiva do projeto.

Palavras-chave:

extensão, educação jurídica, direito nas escolas

ABSTRACT

This article presents a summary of the activities carried out within the scope of the extension project associated with the Law program at Volta Redonda. Through this extension initiative, the aim is to provide fundamental legal knowledge to high school and last-year elementary school students. As intermediate milestones of this project, workshop and lecture proposals have been developed for students in the public education system. At this point, the project is in the stage of preparing undergraduate law students, with the purpose of training and equipping them to deliver these activities in schools. Concurrently, we are reaching out to educational institutions to establish partnerships that will enable the effective implementation of the project.

Keywords:

Extension, legal education,law in schools

INTRODUCAO

O ensino do direito a pessoas da sociedade civil, ou seja, indivíduos não vinculados a cursos de direito, tem sido uma das ferramentas usadas na extensão universitária, visando proporcionar à sociedade o acesso à sua cidadania. Alves (2020) defende que a educação jurídica potencializa o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania, sendo esta a base fundante deste projeto.

Deste modo, este artigo apresenta os relatos parciais da implementação do projeto de extensão “ExperimentAção: Prática, Ensino e Pesquisa no Direito” implementado na graduação em direito do campus de Volta Redonda. O projeto tinha por objetivo estabelecer e lançar um curso introdutório em direito direcionado a estudantes da rede pública, com foco nos alunos do ensino médio e do último ano do ensino fundamental. Entretanto, após a implementação do projeto, identificou-se que o formato que melhor atenderia às escolas públicas seria por meio do oferecimento de oficinas e palestras e não através de um curso contínuo.

A execução do projeto conta com a participação de alunos da graduação em direito que serão os responsáveis pela execução das palestras e oficinas nas escolas. O objetivo é adotar um modelo colaborativo de desenvolvimento do programa educacional, no qual os alunos de graduação, juntamente com professores e pesquisadores envolvidos no projeto de extensão, irão debater e organizar o ensino jurídico nas escolas públicas.

Segundo Paulo Freire (2001), um cidadão é alguém que desfruta de seus direitos civis e políticos, mas como pode exercer direitos que desconhece? A promoção da cidadania em pessoas em situação de vulnerabilidade pode ser um meio de potencializar o exercício de sua própria cidadania. Esse projeto, busca, portanto, promover a educação jurídica e a conscientização sobre direitos, não apenas prepara os alunos para uma participação ativa na sociedade, mas também atua como um catalisador de transformação social. Conforme observado, a parceria entre alunos de graduação e professores permite a disseminação de conhecimento jurídico essencial e uma compreensão mais ampla dos princípios fundamentais da cidadania.

Existem projetos de educação jurídica popular em outras universidades, como demonstrado por Alves et al. (2020) no artigo apresentado no VII Congresso Nacional da Educação, no qual descrevem as experiências na implementação do projeto de extensão ligado à UFPB. Além dessas iniciativas, existem projetos que buscam a implementação de leis municipais que assegurem a inclusão do direito no currículo escolar. No entanto, a implementação dessas iniciativas ainda não é a realidade na maior parte do país, sendo assim um desafio que precisa ser abordado de maneira mais abrangente e sistemática.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Marcos Nobre (2002), o ensino jurídico no Brasil está direcionado para o desenvolvimento de competências de alto nível no campo jurídico, enfatizando um programa que combina aspectos práticos e teóricos. No entanto, um desafio significativo reside na negligência em relação à promoção de pesquisa científica ou acadêmica nesse cenário. Essa lacuna na formação jurídica pode limitar o avanço do conhecimento jurídico no país e afetar a capacidade dos futuros profissionais do direito de contribuir de maneira substancial para o desenvolvimento da jurisprudência e para a solução de desafios legais complexos que permeiam a sociedade contemporânea. Portanto, a integração de um componente de pesquisa nos programas de ensino jurídico é fundamental para a formação de profissionais que não apenas compreendam as leis, mas também tenham a capacidade de questioná-las, analisá-las criticamente e contribuir para o aprimoramento do sistema legal como um todo.

Paralelamente à questão da qualidade do ensino jurídico nas faculdades de direito, temos outra inquietação: a falta de conhecimento legal por parte da população. Zanon e Ribeiro (2020) relatam a falta de conhecimento sobre as leis, problema grave que acomete a população e surte efeitos que contrariam principalmente ao artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Segundo os autores, os motivos do afastamento do universo das leis por parte dos cidadãos são: os mitos, a demora da abolição da escravidão e o período ditatorial; tais marcos são traumas na memória da nação e reflexo da imaturidade do processo democrático do país.

Nesse contexto, considerando que o Brasil se encontra em uma era informacional, porém, não faz um uso eficaz da tecnologia e carece de conhecimentos básicos sobre seus próprios direitos e obrigações, Zanon e Ribeiro (2020) defendem a importância da inclusão do ensino de Direito Constitucional nas escolas, começando pelo ensino fundamental, a fim de que os estudantes cresçam com um entendimento sólido das normas legais. No entanto, esse objetivo somente se tornará viável quando houver regulamentação legislativa e quando a disciplina de Direito Constitucional receber a mesma relevância que disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática. A esse respeito, diversos projetos de lei buscam a integração do ensino do Direito no currículo escolar de crianças e adolescentes, embora, até o momento, nenhuma dessas iniciativas tenha progredido o suficiente, apesar de seu valor e potencial impacto positivo.

Conforme destacado por Bell Hooks (2013), a ideia fundamental é que toda sala de aula deve ser um ambiente de estimulação e aprendizado prazeroso, ao invés de ser um lugar de tédio. Nesse sentido, é crucial ir além das aulas meramente teóricas, buscando a implementação de atividades mais dinâmicas, como debates e simulações. Isso se revela fundamental para despertar o interesse dos alunos em temas que muitas vezes não estão contemplados nos exames vestibulares. A introdução de métodos e técnicas de aprendizagem ativa, portanto, assume um papel de destaque como uma ferramenta essencial para tornar o processo de ensino mais cativante e acessível ao público-alvo do projeto. A premissa de que os estudantes do ensino médio tenham acesso a noções jurídicas é benéfica, pois contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica em relação à sociedade. Isso, por sua vez, permite que os jovens se posicionem de forma informada e engajada em questões fundamentais, como justiça e política.

O projeto de extensão busca implementar para os alunos da graduação um ensino diferenciado, proporcionando a estes um ensino ativo, no qual eles passam a ser os educadores, ao mesmo tempo em que alunos do ensino médio passam a ter acesso a

conhecimentos jurídicos básicos para o exercício da cidadania. É relevante ressaltar que a escola desempenha um papel vital na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Nesse contexto, a instrução em assuntos jurídicos deveria ser uma parte intrínseca desse processo educacional, embora, como apontam Gonçalves e Figueiredo (2019), essa realidade ainda não esteja completamente consolidada. Portanto, a ação de ensinar direito a todos se traduz em assegurar que indivíduos que possam ser vítimas de violência doméstica, independentemente de sua formação escolar, saibam que têm direitos amparados pela Lei Maria da Penha. Além disso, implica garantir que trabalhadores tenham consciência de seus direitos, como a regularização do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o recebimento do 13º salário e férias remuneradas, independentemente do local de emprego. Essa educação jurídica amplamente acessível é um passo importante em direção a uma sociedade mais justa e informada.

Em resumo, as reflexões apresentadas apontam para uma série de desafios e oportunidades cruciais no campo do ensino jurídico no Brasil. Marcos Nobre (2002) destaca a necessidade premente de incorporar a pesquisa científica e acadêmica como parte fundamental desse processo educacional. Paralelamente, observamos, conforme exposto por Zanon e Ribeiro (2020), a carência de conhecimento legal entre a população em geral, uma questão que desafia diretamente os princípios da Constituição Federal de 1988. Diante desse cenário, a proposta de incluir o ensino de Direito Constitucional nas escolas, conforme advogado por Zanon e Ribeiro (2020), emerge como uma solução valiosa. Assim, o projeto de extensão apresentado visa abordar essas questões por meio de uma abordagem inovadora, onde os alunos da graduação atuam como educadores, ao mesmo tempo em que alunos do ensino médio recebem acesso a noções jurídicas fundamentais. Isso representa um passo significativo na construção de uma sociedade onde todos têm consciência de seus direitos e deveres legais, independentemente de sua formação educacional. Consequentemente, promover o ensino do direito para todos se traduz em um avanço fundamental em direção ao exercício pleno da cidadania.

METODOLOGIA

Para a efetivação do nosso projeto, iniciamos com uma pesquisa minuciosa para identificar propostas similares implementadas em outras regiões, visando compreender os desafios enfrentados e as ações que obtiveram sucesso. Inicialmente, conduzimos uma revisão bibliográfica abrangente, abarcando artigos que tratavam de experiências comparáveis e outros que discutiam o panorama do ensino jurídico no Brasil. A partir dessas fontes, procedemos com a elaboração de fichamentos para compilar as informações essenciais.

Além disso, estabelecemos contato com diretores de escolas durante a fase de estruturação do projeto, com o intuito de avaliar a viabilidade da implementação do curso. Durante essas conversas preliminares, ficou evidente que o modelo original poderia enfrentar desafios significativos. Consequentemente, optamos por ajustar nossa abordagem, direcionando nossos esforços para a criação de oficinas e palestras abordando temas jurídicos.

Neste estágio atual, estamos concentrados na capacitação dos alunos que serão responsáveis por ministrar as palestras e oficinas nas escolas. Elaboramos um formulário que foi distribuído aos alunos para identificar os dias e horários mais adequados para a realização de encontros voltados para aprimorar habilidades como oratória, metodologias ativas e técnicas de improviso. Isso tem como finalidade preparar os alunos da graduação em direito para conduzirem as palestras de forma eficaz. Planejamos realizar esses encontros de capacitação no mês de outubro de 2023.

Concomitantemente, estamos em busca de escolas públicas interessadas em receber nossas palestras, a fim de mapear as localidades onde o projeto poderá ser aplicado. Após a conclusão dos encontros de capacitação, pretendemos designar os alunos envolvidos para que todos tenham a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao ministrarem as palestras em escolas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSAO

Como resultados parciais temos a elaboração de cinco propostas de palestras ou oficinas a serem realizadas nas escolas públicas. São elas as seguintes:

Título: "ECA: Garantindo os Direitos de Crianças e Adolescentes". Descrição: Esta palestra visa informar os alunos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma importante lei brasileira que protege os direitos de crianças e adolescentes. A palestra pode abordar tópicos como os direitos à educação, saúde, lazer, proteção contra abuso e exploração, além do sistema de justiça juvenil. Serão discutidos exemplos práticos e casos reais para ilustrar como o ECA é aplicado na vida cotidiana. Também será

enfatizada a importância da conscientização e da defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Título da Palestra: "Construindo uma Sociedade mais Justa: Direitos Humanos e Cidadania". Descrição: Esta palestra abordará os princípios fundamentais dos direitos humanos e sua importância na construção de uma sociedade justa e inclusiva. Os participantes aprenderão sobre os conceitos de direitos humanos, incluindo igualdade, dignidade e liberdade, e como esses princípios estão incorporados em tratados internacionais e na legislação nacional. Além disso, discutiremos a relevância dos direitos humanos em questões contemporâneas, como igualdade de gênero, diversidade e inclusão. A palestra também destacará como os indivíduos podem promover e defender os direitos humanos em suas comunidades e em todo o mundo.

Título da Palestra: "Cidadania Consciente: Conhecendo seus Direitos e Deveres". Descrição: Nesta palestra, os participantes serão orientados sobre os direitos e deveres que todos os cidadãos devem conhecer para participar ativamente da vida em uma sociedade democrática. Serão explorados tópicos como o direito de voto, liberdade de expressão, acesso à educação e saúde, bem como os deveres cívicos, como o cumprimento das leis e o pagamento de impostos. A palestra também abordará questões práticas, como como votar, onde buscar informações sobre seus direitos e como se envolver na comunidade para fazer a diferença como cidadão responsável.

Título: "Conhecendo Seus Direitos e Deveres no Mundo do Trabalho". Descrição: Esta palestra tem como objetivo informar os alunos sobre os fundamentos do direito do trabalho, que regem as relações entre empregadores e empregados. Os tópicos incluirão conceitos como contratos de trabalho, salário-mínimo, jornada de trabalho, férias, segurança no trabalho e demissões. Além disso, serão discutidos aspectos relevantes do mercado de trabalho, como a igualdade de gênero e a proteção dos direitos dos trabalhadores. Os alunos também aprenderão sobre a importância de conhecer e reivindicar seus direitos e como buscar ajuda em situações de conflito no local de trabalho. Estudos de caso e exemplos práticos podem ajudar a tornar os conceitos mais compreensíveis e relevantes para os alunos que em breve entrarão no mercado de trabalho.

Título da Palestra: "Leis e Tecnologia: Navegando no Mundo Digital com Segurança e Conhecimento". Descrição: Esta palestra explorará a interseção entre leis e tecnologia em um mundo cada vez mais digital. Os participantes aprenderão sobre questões legais relacionadas à privacidade online, segurança cibernética, direitos autorais e regulamentações para empresas de tecnologia. A palestra também discutirá como a tecnologia está mudando a paisagem legal, incluindo a resolução de litígios online e as implicações legais da inteligência artificial. Os participantes sairão com uma compreensão mais profunda de como a lei se adapta às mudanças tecnológicas e como podem proteger seus direitos no mundo digital em constante evolução.

As propostas elaboradas serão apresentadas aos alunos, com base na divisão daqueles que serão os responsáveis pelas palestras para que possam fazer as adaptações dos temas tratadas no evento, deixando a cargo dos alunos a definição de metodologias ativas de ensino que podem ser utilizadas nas escolas.

CONSIDERACOES FINAIS

É evidente que o ensino jurídico enfrenta desafios significativos, tanto no nível da graduação como nas escolas públicas. Uma das principais barreiras é a falta de familiaridade da população com conceitos jurídicos básicos, incluindo termos elementares como "constituição". O acesso à educação jurídica é frequentemente limitado, criando um fosso entre o sistema legal e os cidadãos. Muitas vezes, as pessoas são confrontadas com situações que envolvem questões legais em suas vidas diárias, mas não têm os conhecimentos necessários para entender seus direitos e obrigações. Essa lacuna de compreensão pode resultar em desigualdades no acesso à justiça e na capacidade de exercer direitos fundamentais.

Nesse contexto, projetos como o que é desenvolvido na UFF de Volta Redonda desempenham um papel crucial na democratização do conhecimento jurídico. Ao levar conceitos jurídicos básicos e informações sobre direitos e responsabilidades legais para escolas públicas, podemos contribuir para uma sociedade mais informada e capacitada. Isso não apenas fortalece a cidadania, mas também promove uma compreensão mais profunda do sistema legal e seu funcionamento.

Portanto, é fundamental reconhecer a importância de iniciativas que buscam preencher a lacuna no ensino jurídico e tornar o conhecimento legal mais acessível a todos. O desafio persiste, mas com esforços contínuos e colaboração entre acadêmicos, instituições de ensino e a comunidade, podemos avançar na construção de uma sociedade mais justa, na qual o entendimento dos princípios jurídicos fundamentais seja mais disseminado e acessível.

REFERENCIAS

ALVES, Isac da Silva Alve et al. Educação jurídica e formação da cidadania no ensino médio. Anais do VII Congresso Nacional da

Educação. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID7299_01102020141014.pdf

FERREIRA, M. DE L. DA S. M.; COTTA, R. M. M.; OLIVEIRA, M. S. DE .. Construção coletiva de experiências inovadoras no processo ensino-aprendizagem na formação de profissionais da saúde. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 33, n. Rev. bras. educ. med., 2009 33(2), abr. 2009.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios – 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001. https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/14.-Pol%C3%ADtica-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf

GONÇALVES, Aline Loredane; FIGUEIREDO, Frederico de Carvalho. Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29077 - 29096, dez, 2019.

HOOKS, Bel. Ensinando a transgredir: a educação como prática da sociedade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf

MORAES, Patrícia Regina. e outros. O Ensino Jurídico no Brasil. Revista Direito em Foco. Ano 2014. UNIFIA – Centro Universitário Amparense. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/ensino_juridico.pdf

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. Cadernos Direito GV. São Paulo, 2002.

SILVA. Elza Maria Tavares. Ensino de Direito no Brasil: Perspectivas Históricas Gerais. Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pee/v4n1/v4n1a08

SOUTO, Luciano; BICALHO, Leonil. Acesso à Educação Jurídica: Pela Inclusão do Ensino Jurídico na Grade Curricular. Revista digital Constituição e Garantia de Direitos. 12ª Edição. V; 8, n;1, ano. 2015.

VERONESE, Alexandre. Pesquisa em direito, em: CAMPILONGO, Celso Fernandes, GONZAGA, Álvaro de Azevedo Gonzaga; FREIRE, André Luiz (Coords.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1ª ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em

ZANON, Vitória Padilha; RIBEIRO, José Moisés. O ensino do Direito Constitucional como disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas do Brasil. Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca. São Paulo, 2020.